



CURSO GESTÃO FINANCEIRA

MANUAL ANÁLISE FINANCEIRA

Formadora: Cristina Freitas

TECLA LISBOA – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Av. Almirante Reis, 106 4º – 1150 022 Lisboa

Tel. 218 153 465 - 966 085 298 - 914 434 569

E-Mail: teclalisboa@teclalisboa.com - www.teclalisboa.com

CURSO:	GESTÃO EMPRESARIAL
MÓDULO:	ANÁLISE FINANCEIRA
DURAÇÃO:	24 HORAS
DESTINATÁRIOS	Público em Formação
OBJECTIVOS	Sensibilizar os participantes para a importância da Gestão e Análise Financeira no contexto geral da empresa, particularmente no que se refere à avaliação da situação económica/Financeira e gestão de tesouraria, ficando habilitados a: – Conhecer os principais instrumentos e metodologias de análise financeira; – Calcular e interpretar os principais indicadores económicos e financeiros; – Elaborar o orçamento de tesouraria.
METODOLOGIA	Exposição teórico-prática da matéria, com recurso a meios de projecção (videoprojector), distribuição de textos de apoio e resolução de exercícios práticos.
AVALIAÇÃO	Avaliação quantitativa com base nos seguintes parâmetros: – Trabalhos realizados em sala – 40% – Teste final – 40% – Assiduidade/Pontualidade – 10% – Autonomia/Empenho – 10%

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. ANÁLISE DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
 - 1.1. Análise evolutiva de sucessivos Balanços e de Demonstração de Resultados
 - 1.2. Análise das diferentes rubricas e o seu peso no total
 - 1.3. Estudo comparativo, no tempo e relativamente ao sector em causa.
 - 1.4. Preparação das Peças Contabilísticas: Objectivos e regras práticas
 - 1.5. Principais rácios enquadrados numa análise da estrutura, da actividade e da rentabilidade.
2. ANÁLISE DA LIQUIDEZ
3. ANÁLISE DA RENDIBILIDADE
4. ANÁLISE DO RISCO, RÁCIOS DE RISCO
5. RÁCIOS/INDICADORES: TEORIA DO CVR
 - RESULTADO OPERACIONAL, MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
 - PONTO CRÍTICO
 - MARGEM DE SEGURANÇA
6. RÁCIOS/INDICADORES: ECONÓMICOS OU DE EFICIÊNCIA OU DE ACTIVIDADE
7. RÁCIOS/INDICADORES: DE MERCADO
8. ANÁLISE DO RISCO: INSTRUMENTOS PARA MEDIR O RISCO DO NEGÓCIO – GAO, GAF, GAC.
9. MAPA DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE FUNDOS
10. BALANÇO FUNCIONAL
11. ORÇAMENTAÇÃO, ORÇAMENTO DE COMPRAS, ORÇAMENTO DE VENDAS, ORÇAMENTO DE TESOURARIA, ORÇAMENTO FINANCEIRO, BALANÇO PREVISIONAL E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL.
12. ANÁLISE DE CASOS

Índice

Introdução	04
A informação da Contabilidade Financeira	05
Balanço	06
Balanço Funcional	08
Rácios Financeiros.....	12
Demonstração de Resultados	15
Rácios económicos	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	20
A informação da contabilidade analítica ou de gestão	21
Definição dos objectos de Valor	23
Bibliografia.....	25

Introdução

A obtenção de lucros constitui um dos objectivos fundamentais da empresa. E constata-se que a rentabilidade dos capitais investidos constitui critério básico da avaliação feita pelos accionistas ou sócios ao desempenho das administrações ou gerências. Constitui igualmente pedra de toque na avaliação feita pelos mercados financeiros ao desempenho das empresas, nomeadamente não cotadas em bolsa.

A rentabilidade da empresa está largamente dependente de as decisões dos seus gestores serem adequadas e oportunas. Há necessidade de dispor de instrumentos técnicos que os ajudem a preparar as decisões, diminuindo os seus riscos e que façam o acompanhamento e medição dos seus impactos financeiros, controlando a obtenção dos efeitos pretendidos. O sistema de informação contabilístico constitui o instrumento básico para satisfazer esta necessidade.

As funções usualmente atribuídas ao sistema de informação contabilística podem ser sintetizadas em:

- o Determinar os resultados duma determinada entidade num determinado período e valorizar os elementos activos e passivos do seu património numa determinada data;
- o Produzir informação susceptível de permitir o acompanhamento, com máxima eficiência, das operações realizadas pela empresa;
- o Auxiliar os gestores no planeamento e na tomada de decisões.

A informação da Contabilidade Financeira

A contabilidade financeira produz informação ao nível da empresa no seu todo, visando dar a conhecer a sua situação económica e financeira perante o exterior. De carácter quase obrigatório por lei, verifica-se que se apresenta muito influenciada por normas jurídicas e fiscais, algumas vezes em nítido prejuízo dos conceitos económicos. Por esta razão, os valores por si apurados não reflectem, por vezes, as características mais adequadas para o controlo de gestão nem para a avaliação da performance financeira.

O registo das operações e outros acontecimentos patrimoniais é feito, actualmente, segundo um Plano Geral de Contabilidade estipulado e de acordo com os “princípios contabilísticos geralmente aceites”. No futuro próximo, passará a utilizar-se um novo sistema de informação contabilística designado como SNC – Sistema de Normalização Contabilística. Em qualquer dos sistemas, é possível proceder ao desdobramento das contas propostas, o que pode ser necessário para a tomada de decisões sempre que alguma entidade requeira informação de índole mais específica.

A Contabilidade Financeira procura dar simultaneamente satisfação a dois tipos de necessidades:

- o As necessidades externas de conhecer a situação económico-financeira global da entidade, por parte de investidores, analistas financeiros, banca, credores, fisco.
- o As necessidades internas (dos gestores) de conhecer esta situação global para efeitos de planeamento e tomada de decisões.

Estas necessidades são supridas através da elaboração periódica de três quadros de síntese:

- o **Balanço**, que traduz a situação financeira da entidade, através dum quadro onde revela o conjunto de bens, direitos e obrigações afectos ao exercício da actividade num determinado momento, ou seja, elementos controlados pela entidade que irão originar futuros fluxos de caixa quer de entradas (Activo) e quer de saídas (Passivo), de que resultará um valor residual para os “donos” da entidade (Capitais Próprios)

o **Demonstração de Resultados**, que evidencia a situação económica, determinando os resultados (lucros ou prejuízos) alcançados no período de referência, pela comparação dos rendimentos (valor das produções e das prestações de serviços) com os gastos (consumos ou utilização de recursos)

o **Demonstração de Fluxos de Caixa**, que revela o desempenho monetária num determinado período, ao discriminar os recebimentos (entradas de dinheiro) e os pagamentos (saídas de dinheiro) durante esse período, bem como a situação dos meios líquidos no fim desse período.

As necessidades externas de informação impõem que a elaboração destes relatórios se faça segundo regras de conhecimento universal, sendo mínima a influência de conceitos ou procedimentos subjectivos e máximas a clareza e a transparência. Por outro lado, as necessidades internas de informação exigem que os relatórios de síntese estejam de acordo com os conceitos e realidades económicas, de forma a serem fundamento adequado para as decisões dos gestores.

As exigências requeridas, conforme o tipo de utilizador, podem não ser convergentes. Em caso de conflito têm geralmente predomínios requisitos da informação externa. Assim, mostra-se necessário alguma cautela na utilização da informação da Contabilidade Financeira para efeitos internos, verificando previamente se não existe alguma distorção do ponto de vista económico.

Balanço

Uma perspectiva financeira, o Balanço traduz o conjunto de aplicações e de origens de capital afecto a determinada entidade. No lado esquerdo constam os elementos representativos das aplicações de capital, nomeadamente, aplicações em capital fixo e aplicações em capital corrente. No lado direito constam as rubricas representativas de fontes de financiamento dessas aplicações, nomeadamente, capital social, resultados gerados no exercício da actividade empresarial, financiamento dos bancos, créditos de fornecedores, do estado e de outros credores.

Os activos não correntes (fixos) correspondem a aplicação duradouras, isto é, que se presume serem utilizados para além do decurso normal do ciclo de exploração da entidade, ou seja, manterem-se na empresa por um período superior a um ano, devendo separar-se em:

- Activos directamente afectos à actividade normal da empresa (activos fixos tangíveis e intangíveis) e, por isso, relacionados com o seu negocio, ou negócios;
- Activos não directamente afectados à actividade normal da empresa mas que são fontes de rendimentos ou fruição (investimentos financeiros, propriedade de investimento).

Os activos correntes dizem respeito a aplicações de curto prazo, ou seja, cujo período de permanência na empresa se presume ser inferior a um ano e que se destinam a ser utilizados no decurso normal do ciclo de exploração da entidade. Também se recomenda a distinção entre:

- Activos Cíclicos, que do ponto de vista do seu valor financeiro tem carácter de “estabilidade” porque resultam do ininterrupto ciclo de negócios, nomeadamente as dividas a receber de clientes, os inventários e outras dividas a receber ligadas à exploração.
- Activos não cíclicos (tesouraria activa), que não têm carácter de “estabilidade” porque não dependem apenas das necessidades geradas pelo ciclo de negócios, mas de outro tipo de decisão, como sendo as aplicações de tesouraria, as dívidas de sócios, as dívidas de devedores diversos.

Quanto ao outro membro do Balanço, as rubricas aparecem sequenciadas por ordem natural das origens de capital, em que o Capital Próprio, em particular o capital social inicial, constitui a origem mais remota de fundos, seguindo-se as dívidas a pagar.

Também deveremos proceder, para efeitos de conhecimento da situação Financeira à sua separação entre:

Capitais Permanentes que correspondem às origens de capital com maior estabilidade em termos temporais. Incluem os capitais próprios e as dividas a pagar a médio e longo prazo (passivo não corrente, entendido como as obrigações cuja a liquidação se espera que venha a ocorrer para além do decurso normal do ciclo de exploração).

Passivos Cíclicos, que do ponto de vista de valor financeiro têm carácter de permanência porque resultam do ciclo de negócio, nomeadamente as dividas a pagar a fornecedores e outras dividas a pagar ligadas á exploração.

Passivos não cíclicos (Tesouraria Passiva), que não têm carácter de permanência porque não dependem apenas dos recursos gerados pelo ciclo do negócio, mas de outro tipo de decisão, como sendo os financiamentos bancários, as dívidas a sócios (suprimentos) e as dívidas a credores diversos.

Balanço Funcional

Fundo Maneio (FM) – Procura traduzir o equilíbrio entre as aplicações duradouras (activo fixo) e o financiamento estável (Capitais Permanentes). Por isso o seu valor, que visto de forma isolada terá reduzido significado dado que apenas nos indica o excedente ou o défice de capitais permanentes face às aplicações duradouras da entidade, é dado por:

$$\text{FM} = \text{Capitais Permanentes} - \text{Activo Fixo}$$

Necessidade de Fundo de Maneio (NFM) – procura traduzir o equilíbrio entre as necessidades financeiras geradas pelo negócio com carácter de permanência (activo cíclico) e os recursos financeiros com as mesmas características (passivo cíclico). Por isso o seu valor, que visto de forma isolada terá reduzido significado dado que apenas nos indica o volume do capital requerido, em condições normais, pelas operações de exploração, é dado por:

$$\text{NFM} = \text{Activos Cíclicos} - \text{Passivos Cíclicos}$$

Tesouraria (T) - Traduz a situação de equilíbrio ou desequilíbrio financeiro, pelo que o seu valor deve aproximar-se de zero. Indica-nos o grau de adequação do Fundo de Maneio às Necessidades de Fundo Maneio:

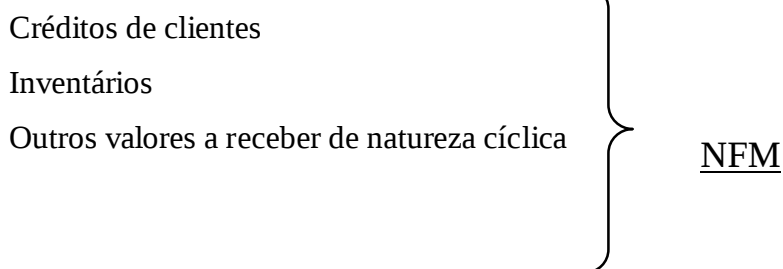
$$\text{T} = \text{FM} - \text{NFM}$$

Um valor negativo para este indicador significa que o FM é insuficientemente para cobrir as NFM, o que traduz uma situação de desequilíbrio financeiro, forçando a entidade a financiamento frequentes de tesouraria e outros expedientes financeiros, de curto prazo. Um valor muito elevado significa também um desequilíbrio financeiro mas porque a entidade poderá estar perante a detenção de “ Capitais ociosos” sem que contribuam activamente para a sua criação de valor. Por isso, a recomendação de que este indicador se aproxime do zero, situação ideal em termos da análise do equilíbrio financeiro, entre o financiamento “estável” e as necessidades financeiras “ permanentes”.

Activo Económico (AE) (muitas vezes denominado por capital, ou capital económico ou investimento do negócio ou apenas investimento) corresponde às aplicações permanentes afectas à actividade normal da empresa, ou seja, corresponde à soma algébrica do Activo Fixo com as Necessidades de Fundo Maneio, ou seja:

$$\text{AE} = \text{Activo Fixo} + \text{NFM}$$

$$\left. \begin{array}{l} \text{Activos Fixos Tangíveis} \\ \text{Activos Intangíveis} \end{array} \right\} \underline{\text{Activo Fixo}}$$



Trata-se de um conceito de extrema importância, na medida que o AE traduz o volume de capital requerido para a exploração de determinado negócio. Tal volume diferencia-se substancialmente de sector para sector de actividade como por exemplo na indústria que requer em regra elevados volumes de capital (AE), enquanto no retalho e na grande distribuição os volumes são reduzidos, sendo, em muitos casos até negativo. Nesta última situação está-se perante uma situação muito simpática para o investidor porque o negócio não só não necessita de capital, como ainda liberta capital (AE negativo) que poderá ser rentabilizado noutros negócios e actividades.

Exemplo prático:

Considera-se que a empresa apresenta em 31 de Dezembro de N o balanço que a seguir se indica:

Balanço de N

Activo	Valor	C.P. e Passivo	Valor
Activos Fixos tangíveis	150.000€	Capital	150.000€
Inventários	130.000€	Reservas	22.500€
Clientes	260.000€	Resultado Liquido do Período	100.000€
Sócios	30.000€	Fornecedores	135.000€
Outros devedores	15.000€	Financiamentos Bancários	185.000€
Depósitos bancários	39.000€	Estado	25.000€
Caixa	1.000€	Outros credores	7.500€
Total do Activo	625.000€	Total C.P. e Passivo	625.000€

A partir da informação financeira podemos apurar os seguintes valores:

Balanço para análise

Aplicações (Activo)	Valor	Origens (Passivo)	Valor
Activos Fixos	150.000€	Capitais Permanentes	372.500€
Activos Cíclicos	390.000€	Passivos Cíclicos	160.000€
Tesouraria Activa	85.000€	Tesouraria Activa	92.500€
Total das Aplicações	625.000€	Total das Origens	625.000€

Indicadores de equilíbrio financeiro:

$$FM = 372\,500 - 150\,000 = 222\,500 \text{ €}$$

$$NFM = 390\,000 - 160\,000 = 230\,000 \text{ €}$$

$$T = 222\,500 - 230\,000 = (7\,500 \text{ €}) \text{ ou}$$

$$T = 85\,000 - 92\,500 = (7\,500 \text{ €}) \text{ (TA - TP)}$$

O investimento liquido o negócio seria:

$$\text{Activo económico} = 150\,000 + 230\,000 = 380\,000 \text{ €}$$

Como se pode depreender, embora o fundo de maneo se apresente muito positivo, a apresenta um desequilíbrio na sua estrutura financeira, por força das elevadas necessidades em fundo de maneo (possivelmente estamos perante uma empresa do sector clássico de distribuição – grossista, que exige fortes investimentos em inventários e crédito a clientes sem que os mesmos sejam compensados por crédito de fornecedores)

A análise crítica da estrutura económico-financeira duma empresa pode fazer-se ainda recorrendo a um conjunto de indicadores. Embora estes possam assumir diversas formas, os mais populares são sem dúvida aqueles que assumem a forma de rácios. Um rácio não é mais que o quociente entre duas grandezas geralmente extraídas directamente da informação contabilística de uma empresa.

Entende-se normalmente que a informação sob a forma de rácios possui diversas vantagens relativamente às grandezas contabilísticas analisadas isoladamente em valor absoluto. Assim, algumas das virtudes que em geral são reconhecidos consistem nas seguintes:

- o Tornar mais significativa a informação de conjunto proporcionada;
- o Facilitar comparações, que poderão ter lugar para a mesma empresa ao longo de um certo período temporal ou entre diferentes empresas num mesmo referencial de tempo.

Rácios Financeiros

▪ Liquidez

Os rácios de liquidez medem a capacidade de uma empresa para pagar pontualmente as dívidas correntes, ou seja, aquelas cujo prazo de exigibilidade é até um ano.

- o Liquidez Geral = Activo não corrente / Dívidas a terceiro CP

Na liquidez geral se o valor for superior a 1, significa que a empresa pode utilizar activos líquidos para pagar as dívidas a curto prazo, se inferior a 1, significa que a empresa tem dificuldades de tesouraria.

- o Liquidez Reduzida = (Activo não corrente – Existências) / dividas CP

Expressa a capacidade da empresa satisfazer as suas dívidas a curto prazo com os activos circulantes, sem contar com as existências. Consideram-se bons os valores entre 0,9 e 1,1.

Se houver uma diferença muito grande entre a liquidez geral e a liquidez reduzida, significa que existem stocks "mortos", com elevados custos para a empresa.

o Liquidez Imediata = Disponibilidades / Dívidas a terceiros de CP

Expressa a capacidade da empresa satisfazer as suas dívidas a curto prazo, apenas com as disponibilidades. Um valor superior a 0,9 poderá ser demasiado elevado e significar uma má aplicação dos fundos de tesouraria.

Os indicadores de liquidez medem o equilíbrio financeiro de curto prazo da empresa, relacionando diferentes medidas de activos de curto prazo com as responsabilidades assumidas de curto prazo. Naturalmente, valores superiores a 1 configuram situações favoráveis na medida em que evidenciam uma situação em que a empresa é capaz de cumprir as suas obrigações recorrendo aos activos de curto prazo de que dispõe. Apesar disso, são indicadores que devem sempre ser analisados com muito cuidado. Assim, o valor destes indicadores sofre muitas vezes alterações que, indiciando melhorias, podem ser negativas para a tesouraria da empresa. Por exemplo, uma subida do Grau de Liquidez Geral pode resultar de uma subida demasiado elevada e indesejada dos saldos de Clientes a Receber, o que pode significar atrasos nas cobranças das Vendas realizadas.

▪ Indicadores de Solvibilidade

o Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo Líquido

Expressa a participação do capital próprio no financiamento da empresa. Um valor inferior a 1/3 significa uma excessiva dependência de capitais alheios. Um valor maior ou igual a 1/3 representa um bom grau de autonomia financeira.

o Rácio de solvibilidade total = Capital Próprio / Passivo Total

Indica a proporção relativa dos activos da empresa financiados por capitais próprios versus financiados por capitais alheios. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira da empresa. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

- **Indicadores de Leverage**

- o Estrutura do Endividamento

Peso do endividamento de curto prazo no endividamento total

- $\text{Passivo de Curto Prazo} / \text{Passivo Total}$
- $\text{Passivo de M/L Prazo} / \text{Passivo Total}$

- o $\text{Endividamento} = \text{Passivo} / \text{Activo Liquido}$

Os rácios de endividamento procuram dar indicações sobre o grau de intensidade de recurso a capitais alheios no financiamento de uma empresa.

- **Indicadores de Actividade**

Os rácios de actividade medem o grau de eficiência na utilização e gestão dos activos pela empresa e se o nível desses activos se relaciona apropriadamente com o nível de actividade operacional medido pelas vendas:

- o $\text{Rotação do activo total} = \text{Vendas} / \text{Activo Total}$
- o $\text{Rotação do activo fixo} = \text{Vendas} / \text{Activo Fixo}$
- o $\text{Rotação de existências} = \text{Vendas} / \text{Existências}$
- o $\text{Tempo de Permanência em Armazém} = \text{Existências} / \text{Vendas Diárias}$
- o $\text{Prazo médio de recebimentos} = \text{Clientes} / \text{Vendas}$
- o $\text{Prazo médio de pagamentos} = \text{Fornecedores} / \text{Compras}$

Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados tem por finalidade evidenciar os resultados (lucros ou prejuízos) obtidos na actividade desenvolvida pela empresa. Apresenta-se sob a forma de quadro demonstrativo dos resultados apurados pela empresa, salientando os gastos e os rendimentos, ou seja:

Proveito ocorre com a prestação de um serviço ou a venda de um bem.

Custo ocorre quando se utilizam, consomem ou desgastam bens ou serviços.

O resultado líquido é o lucro ou prejuízo que a empresa obteve com o seu desempenho, durante um determinado exercício económico e define-se como a diferença entre os proveitos e os custos. Utilizaremos, por simplificação, esta noção de resultado, sendo, no entanto, mais completa a noção de, “proveitos e Ganhos” e de “Custos e Perdas”. Quer o ganho quer a perda representam já o resultado de uma operação.

Aos accionistas não interessa unicamente saber se obtiveram um lucro ou um prejuízo, interessa saber porquê, como foi gerado esse resultado, que proveitos houve e em que custo incorreu a empresa.

Exemplo Prático:

Considera-se que a empresa apresenta em 31 de Dezembro de N a Demonstração de Resultados que a seguir se indica:

	Empresa A	Empresa B
Proveitos	1 000 000€	10 000 000€
Custos	(500 000 €)	9 500 000
Resultado	500 000€	500 000€

As duas empresas geram o mesmo lucro, 500 000€, mas em condições muito diferentes. A empresa A factura pouco, 1 000 000€, mas ganha 50% do valor de facturação. A empresa B tem uma quota de mercado muito mais elevada, facturado 10 vezes mais,

mas tendo uma estrutura de custos de tal forma pesada que só lhe sobram 5% sobre os proveitos. Interessa, é claro, no Caso B, saber, discriminadamente, quais são os custos suportados de forma a controlá-los cuidadosamente.

A análise do resultado líquido é fundamental para medir a *Performance* económica de uma empresa, o sucesso ou insucesso da sua actividade. A demonstração de resultado não se vai limitar a discriminar os custos e proveitos, vai também classificá-los quanto a sua origem. Assim, distinguem-se **três componentes do resultado**:

- Resultado Operacional

Na maior parte das empresas, a parcela fundamental do resultado é obtida a partir da sua actividade operativa, a qual funciona com base no ciclo operativo.

O caso de uma empresa comercial: a mercadoria é comprada, armazenada e vendida. O dinheiro recebido com a venda é utilizado para comprar de novo mercadoria e o processo recomeça.

Exemplo Prático

A empresa X compra mercadoria por 5 000 euros e vende por 7 000 euros gerando um lucro, admitindo que não suporta qualquer outro custo, de 2 000 euros.

Se o dono da empresa retirar os 2 000 euros de lucro, a empresa fica sem hipóteses de crescer, a não ser que recorra a capitais alheios. Se, pelo contrário, os 2 000 euros forem retidos na empresa, dando origem a reservas de lucros, o novo ciclo operativo poderá ser maior e ocasionar, consequentemente lucros superiores.

Na determinação do resultado operativo, existem duas componentes fundamentais:

- Margem na venda
- Volume de vendas

Existem empresas que ganham pouco em cada unidade vendida, mas obtêm bons resultados porque vendem muito. Como por exemplo, poderíamos referir os hipermercados, que trabalham com margens unitárias reduzidas, mas que vendem

grandes quantidades de produtos. Nestes casos, as empresas têm um ciclo operativo muito rápido e as mercadorias rodam com facilidade.

Para a determinação do resultado operativo, deverão ser considerados os proveitos e os custos operacionais, ou seja, aqueles que estão associados ao ciclo operativo.

- Resultado Financeiro

O resultado financeiro surge na sequência do exercício da função financeira na empresa. É a diferença entre os proveitos financeiros e custos financeiros.

Na maior parte das empresas, o resultado financeiro não é a parcela mais importante do resultado líquido. No entanto, no caso de uma empresa muito endividada, os encargos financeiros podem atingir valores tão significativos que chegam a ultrapassar o lucro gerado, originando resultado líquido negativo.

- Resultado Extraordinário

O resultado extraordinário regista, como próprio nome indica, acontecimentos que, pela sua natureza, são poucos frequentes. É, à semelhança dos anteriores, a diferença entre os positivos e ganhos e custos e perdas, neste caso, extraordinários.

A título de exemplo podemos referir a venda de imobilizado. Se esta operação for realizada com ganho, será contabilizada nos proveitos e ganhos extraordinários, se for realizada com prejuízo, será contabilizada nos custos ou perdas extraordinárias. A venda de imobilizado é considerada como um resultado extraordinário porque respeita a um acontecimento excepcional, que não pode ser repetido com frequência sob pena de a empresa se ver sem meios de produção. Convém distinguir que a venda dos produtos é um facto associado à exploração da empresa, logo operacional, enquanto a venda do imobilizado é um facto excepcional, logo extraordinário. Os prejuízos decorrentes de inundações, incêndios, etc., são classificados como resultados extraordinários.

Rácios económicos

Tal como a interpretação do Balanço, também para a análise de uma Demonstração de Resultados a utilização de rácios é muito proveitosa. Neste caso, os indicadores utilizados designam-se por rácios de rentabilidade, uma vez que o pressuposto da Demonstração de Resultados é apresentar a fonte do resultado líquido da empresa.

▪ Rendibilidade

Os rácios de rendibilidade (profitability ratios) medem a eficácia da gestão vista através dos resultados gerados nas vendas e no investimento; mostram os efeitos combinados da liquidez, eficiência na utilização dos activos e decisão de endividamento nos resultados da empresa.

o Rendibilidade das vendas

A rendibilidade das vendas é a margem de lucro, em percentagem ou por unidade monetária de vendas.

O rácio apresenta as vendas (e prestações de serviços) no denominador; Consoante a grandeza escolhida para o numerador do rácio, calcula-se:

- o Rendibilidade bruta das vendas (margem bruta)
- o Rendibilidade operacional das vendas (resultado operacional)
- o Rendibilidade corrente das vendas (resultado corrente)
- o Rendibilidade líquida das vendas (resultado líquido)

o Rendibilidade do Activo

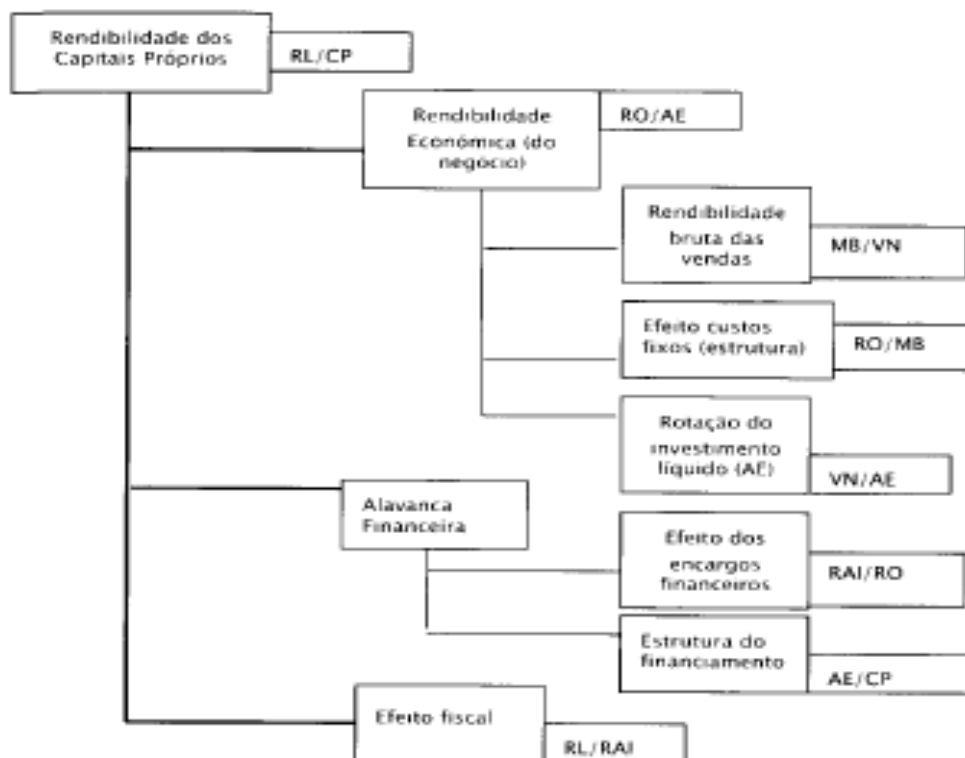
A rendibilidade do activo é a margem de lucro em percentagem ou por unidade monetária de investimento em activo, consoante as grandezas escolhidas para os seus termos, calcula-se:

- o Rendibilidade do activo de exploração
- o Rendibilidade do activo financeiro

- o Rendibilidade do activo económico
- o Rendibilidade de activo total
- o Rendibilidades dos capitais próprios (Modelo Dupont)

Na perspectiva económico-financeira existe porém o custo do capital próprio, que será um “custo de oportunidade” por não serem utilizados os respectivos meios financeiros em aplicações alternativas de risco idêntico. Em conformidade, a verdadeira criação de riqueza conseguida pela empresa não será medida pelo resultado contabilístico mas por este deduzido do custo do capital próprio, ou seja pelo resultado residual.

Um dos modelos mais divulgados para avaliar a situação económica da empresa é o modelo multiplicativo, também conhecido por modelo DUPONT, que procura demonstrar os factores que influenciam a rendibilidade da empresa na óptica do accionista (RCP – Rendibilidade dos Capitais Próprios). Este modelo é também particularmente interessante em termos de comparações, como sucede como os rácios.



Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa pode revestir-se de grande utilidade, na medida em que dá a conhecer as quantias efectivamente recebidas e pagas durante o período de referência. Em suma, tal como se refere no preâmbulo da directriz contabilística que a introduziu no nosso normativo, “dá a possibilidade de saber como foi obtido e utilizado o dinheiro no período em análise”

Reflecte, desta forma, os movimentos monetários do período (normalmente denominado por cash-flows), complementando a informação financeira proporcionada pelo balanço e as informações económicas proporcionadas pelas demonstrações de resultados. Embora reflectindo uma visão mais elementar da informação financeira (o que recebo e o que pago), o certo é que o desenvolvimento das actividades e a competitividade das empresas ficam muito condicionadas pela falta de liquidez, entenda-se, de dinheiro no momento certo.

A informação da contabilidade analítica ou de gestão

A contabilidade Analítica ou de Gestão visa fornecer a informação sobre gastos, rendimentos e resultados, não de uma forma global, como sucede na contabilidade financeira, mas sim a níveis mais desagregados e adequados a satisfazer as necessidades de informação financeira de cada gestor, ou seja sobre determinados segmentos da organização, como sejam os produtos, os clientes ou mercados, as actividades, os negócios, centros de responsabilidade e muitos outros.

As necessidades de informação financeira dos gestores devem constituir quase exclusivamente os fundamentos da concepção, em concreto para cada empresa, do sistema de informação da contabilidade de gestão e dos relatórios que produz. E dizemos quase exclusivamente, porquanto também lhe incumbe determinar o custo dos produtos fabricados nas empresas industriais, tarefa que se reflecte na avaliação dos inventários de produtos acabados que constam no balanço. E neste campo a contabilidade analítica terá de se subordinar às necessidades externas e seguir procedimentos conformes com os critérios normalizados de valorização e reconhecimento dos inventários.

Os objectos da Contabilidade de Gestão podem ser sintetizados em:

- Determinação dos custos de produção, segundo normas de valorimetria fixadas externamente e normalizadas;
- Fornecimento regular de informação de controlo que auxilie cada gestor a planear e a controlar efectivamente dentro da sua área de responsabilidade (por exemplo, informação para o controlo orçamental, ou determinação de resultados localizados e para avaliações de desempenho);
- Fornecimento ocasional, conforme o necessário, de informação para a tomada de decisões “ad-hoc” focando alternativas concretas de actuação e respectivos custos ou proveitos diferenciais (por exemplo, produzir ou subcontratar; fazer manutenção do equipamento existente ou adquirir novo; manter ou abandonar certo negócio ou produto, etc.).

A realização deste objectivo implica diversas fases de preparação e execução do sistema de informação contabilística:

- **Identificação dos segmentos de análise (dimensões)** que sejam adequadas para descrever e analisar a realidade do funcionamento económico-financeiro da entidade em causa, tendo em conta o negócio e actividades desenvolvidas, a estrutura da organização e o seu estilo de Gestão.
- **Definição das metodologias a utilizar no apuramento de gastos e resultados** desses objectos (sistemas de custeios de absorção ou sistemas de custeio directo; determinação de resultado “contabilístico” ou de resultado residual;)

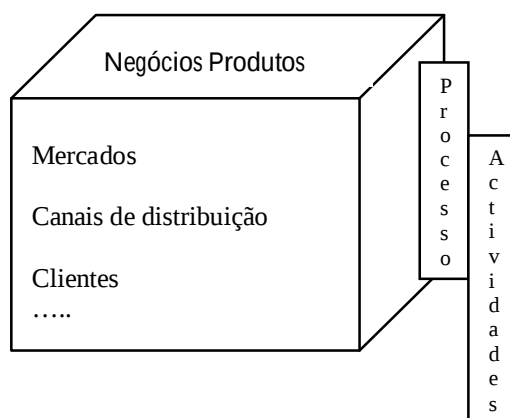
Preparação do sistema de contabilidade de gestão

- **Afectação** a cada um dos múltiplos segmentos e aos objectos de valor, consoante a concorrência de transacções ou de factos patrimoniais, de:
 - Gastos resultantes dos consumos e da utilização de recursos;
 - Rendimentos decorrentes da actividade desenvolvida;
 - Valores activos e passivos relacionados directamente com esses objectos.
- Elaboração periódica de **relatórios económico-financeiros** para cada objecto.

Definição dos objectos de Valor

A definição dos objectos de valor teve, em termos de concretização, um evoluir paralelo ao que se deu na gestão das empresas e nas suas preocupações básicas. Tradicionalmente, nas empresas industriais a função primordial era a produção (“vende-se o que se produz”). As preocupações de gestão centram-se então nos custos dos produtos. Os objectos de valor são centrados na afectação dos custos (centro de custos), predominantemente “Produtos”, “Processos de Fabrico” e “Secção de Produção”.

Nos termos actuais os desafios que se colocam às entidades empresa relacionam-se sobretudo com as respostas que têm de proporcionar aos seus múltiplos “Stakeholders” e, nas empresas, particularmente com os mercados e a função primordial é a “comercial” (“Produzir o que se vender”). Os gestores são confrontados com a necessidade de acompanhar o negócio nas suas múltiplas vertentes, determinando os factores geradores de valor acrescentado nos vários mercados, segmentos de clientela e canais de distribuição. Os objectos de valor deixam-se de se centrar, tal como tradicionalmente, nos produtos ou centros de custos, passando a focalizar-se numa óptica de mercado, numa perspectiva multidimensional, que permita analisar o negócio simultaneamente sob diversas perspectivas de segmentação: mercados, canais de distribuição, clientes, tipo de produtos ou serviços, de forma a conhecer as suas fontes geradoras ou destruidoras de valor.



Contabilidade de Gestão Multidimensional

Os objectos de valor no decurso da evolução verificada passaram a ser designados por segmentos, nomenclatura que iremos adoptar de aqui em diante. Actualmente definem-se os segmentos como centros de análise de valor que interessa acompanhar em termos económicos e financeiros, podendo ser considerados, de acordo com a sua forma de definição como:

- **Externos**, tal como o mercado, um canal de distribuição, um cliente, uma fonte de abastecimento, uma região, um país, etc. ou
- **Internas**, tal como um produto ou família de produto, um projecto, um centro de responsabilidades, uma unidade de negócios, uma actividade, uma obra, um programa, etc.

O segmento pode então ser entendido como qualquer parte de uma empresa, ou um grupo de empresas, sobre a qual se considera relevante o conhecimento de informação económico e financeira, ou seja, a identificação de gastos, resultados e do capital que irá requerer na sua normal exploração (activo económico). São exemplos de segmentos:

Produtos	}	Na dimensão do negócio
Negócios		
Projectos		
Obras		

Actividades	}	Na dimensão dos processos
Processos		
Recursos		

Centros de responsabilidades	}	Na dimensão Organizacional
Equipas ou pessoas		

BIBLIOGRAFIA

Prática Financeira I, Carlos Nabais e Francisco Nabais.

Gestão Financeira, Eduardo Sa Silva